



CFF e Universidade Católica planejam cursos à distância para farmacêuticos

■ Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, anunciou que 2007 será dedicado à qualificação e à busca de conhecimentos plenos.



Reunião entre CFF e UCB discute cursos à distância para farmacêuticos

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) e a Universidade Católica de Brasília (UCB) iniciaram entendimentos para a difusão, via Internet, do curso "O Exercício Profissional Diante dos Desafios da Farmácia Comunitária: Fisiopatologia, Terapêutica e Informação sobre Medicamentos", na modalidade de educação à distância. No dia 20 de dezembro de 2006, o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, recebeu, em seu Gabinete, o Coordenador de Pólos de Educação à Distância da Católica, Francisco Roberto Ferreira dos Santos. Eles discutiram as bases para a adaptação e difusão do curso.

A Universidade Católica de Brasília vem investindo na modalidade educação à distância e em tecnologias educacionais, desde 1996, o que dá à UCB *know-how* e aporte tecnológico para atuar no setor. A UCB já oferece cursos à distância em diversas áreas, inclusive na de saúde, a exemplo da graduação em Enfermagem, em parceria com a Sociedade Brasileira de Educação em Enfermagem (Sobee).

Para desenvolver a sua política de cursos à distância, a Católica conta com uma mega-estrutura que reúne, além de todo o aparato em tecnologia, 23 pólos para a realização de encontros (aulas) presenciais. Esses pólos estão localizados em diversas capitais brasileiras e, também, no exterior. Brevemente, o número desses centros será expandido para 40.

"Acreditamos que a qualificação é o diferencial competitivo, no mercado, e a Universidade Católica de Brasília, nesse sentido, elaborou cuidadosamente conteúdos apropriados para a Web, além de serviços de tutoria e de avaliação de efetividade, o que expressa o diferencial de qualidade dos cursos da Católica Virtual", comentou o Coordenador de Pólos de Edu-

cação à Distância da Católica, Francisco Roberto Ferreira dos Santos.

Na atuação conjunta, o CFF entrará com o conteúdo do curso, e a Universidade Católica, com a logística e a elaboração do curso para o modelo à distância com a ferramenta virtual.

O Coordenador do curso do CFF, Radif Domingos, adiantou que outros cursos poderão ser ministrados pelo mesmo método e com a mesma ação conjunta com a Católica. Disse mais: "Este curso, uma vez devidamente adaptado, poderá transformar-se em pós-graduação lato-sensu".

FOCO NA QUALIFICAÇÃO - O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, anunciou que 2007 será o ano dedicado à qualificação e ao conhecimento. Disse o Presidente ao site do CFF:

- O nosso trabalho junto à Universidade Católica é o melhor canal que encontramos, até agora. Será a consolidação de uma política que traçamos, há algum tempo, e em que acreditamos plenamente, que é a do crescimento da profissão, sob todos os pontos de vista, pelo caminho da qualificação. Só qualificado e com plenos conhecimentos, o farmacêutico poderá prestar bons serviços à sociedade e ser reconhecido por ela; só qualificado e dono de amplos conhecimentos é que o farmacêutico irá adquirir a sua consciência social enquanto profissional da saúde e se encontrar em condições de participar, com segurança, das equipes multiprofissionais; resgatar a sua auto-estima. Não sossegaremos, enquanto o CFF não garantir essas condições a todos os farmacêuticos brasileiros.

Também, participaram da reunião o Administrador do Conselho Federal, Luiz Carlos Viglongo Correa, o Coordenador Técnico do Cebrim (Centro Brasileiro de Informações sobre Medicamentos), farmacêutico Carlos Vidotti. O Cebrim é um órgão pertencente ao CFF.



CFF quer parcerias com OPAS

■ Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, propôs ao Diretor de Medicamentos da OPAS, James Fitzgerald, parcerias no campo da qualificação profissional.



Reunião entre CFF e OPAS para discutir parcerias: Radif Domingos, Coordenador do Cebrim/CFF; Orenzio Soller, Assessor da OPAS; Jaldo de Souza Santos, Presidente do CFF; James Fitzgerald, Diretor de Medicamentos da OPAS, e Tarcísio Palhano, Assessor da Presidência do CFF

Uma reunião entre o Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, e o Diretor de Medicamentos da OPAS (Organização Pan-americana de Saúde) / OMS (Organização Mundial da Saúde), James Fitzgerald, poderá alavancar a assinatura de várias parcerias entre os dois órgãos. O encontro foi realizado, no dia 30 de novembro de 2006, no Gabinete do Presidente do CFF, em Brasília.

Souza Santos expôs a Fitzgerald um breve histórico de parce-

rias entre o CFF e a OPAS, "o que mostra um sinal de união entre os órgãos, na área da atenção farmacêutica", lembrou o dirigente do Conselho. Mas enfatizou que gostaria de ver esses laços mais estreitados, ainda. O Presidente do CFF solicitou o apoio da OPAS para a execução de programas, em todas as áreas de atuação do farmacêutico, todos relacionados à qualificação profissional.

INFORMAÇÃO SOBRE MEDICAMENTOS - Uma das parcerias que Souza Santos gostaria de ver materializada é na área de informações sobre medicamentos. O Conselho Federal de Farmácia possui um órgão que é excelência internacional no assunto, o Cebrim (Centro Brasileiro de Informações sobre medicamentos). Através dele, o CFF desenvolveu um programa nacional, envolvendo centros de pesquisa, Universidades etc., na área de informações sobre medicamentos do qual faz parte do curso *O Exercício Profissional Diante dos Desafios da Farmácia Comunitária*.

Jaldo de Souza Santos solici-

ou que o Cebrim ocupe a função de centro colaborador da OPAS para a América Latina na formação de uma rede internacional de informações sobre medicamentos e liderada pelo braço da OMS no Continente.

Já o Coordenador do Cebrim, farmacêutico Radif Domingos, que também participou da reunião, pediu a James Fitzgerald apoio ao Programa de Sistematização do Cebrim. Radif Domingos apelou ao dirigente da OPAS, no sentido de que esta entidade assuma um papel de articuladora entre o CFF e o Ministério da Saúde, com vistas a intensificar a qualificação profissional dos farmacêuticos que atuam nas farmácias comunitárias. "É um programa de alta relevância para a sociedade, por ser de utilidade pública", salientou. O Assessor da Presidência do CFF, farmacêutico Tarcísio Palhano, também participou da reunião, junto ao Assessor da OPAS, Orenzio Soller.

James Fitzgerald viu, detalhadamente, a grade do curso do CFF e se mostrou impressionado com a sua qualidade e complexidade e também com o fato de ele ser permanente e atingir o Brasil inteiro. Fitzgerald elogiou os projetos do CFF no campo da qualificação profissional e prometeu trabalhar, com vistas a que as parcerias sejam firmadas, o mais breve possível.

Senado continuará a discutir carga horária dos farmacêuticos

Por solicitação do Conselho Federal de Farmácia (CFF) e de outras entidades representativas da profissão farmacêutica, foi requerida, no dia 19 de dezembro de 2006, pelo Senador Romeu Tuma (PFL/SP) junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados número 113/05, que assegura ao farmacêutico uma jornada de trabalho não superior a 30 horas semanais.

O Projeto já obteve parecer favorável do Relator da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), e encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa.



Secretária-Geral do CFF, Lérica Vieira, e o Senador Romeu Tuma (PFL-SP): prorrogação da audiência para discutir carga horária de 30 horas para o farmacêutico



A Secretária-Geral do CFF, Lérida Maria dos Santos, reuniu-se com o Senador Romeu Tuma e acompanhou os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos. A audiência pública requerida, no dia 19 de dezembro, por Tuma será realizada, em março de 2007. Na audiência, as duas comissões - a CAE e CAS - discutirão o Projeto de Lei.

A CAE argumenta que a redução da jornada de trabalho dos farmacêuticos agravaria o problema do déficit desses profissionais, em função da demanda, no País; criaria mais um obstáculo para a existência de farmácias e drogarias, e acarretaria, ainda, um aumento de despesas para o Estado, com a contratação de novos profissionais.

De acordo com o Relatório assinado, em março de 2006, pelo Senador Aelton Freitas (PL/MG), "a redução da jornada dos atuais farmacêuticos viria agravar esta situação que, hoje, já é bastante incômoda para o cidadão". Aelton Freitas é Relator do PL na CAE.

O CONTRA-ARGUMENTO CFF - O CFF, entretanto, rebate a argumentação da CAE, por meio de um documento, encaminhado a todos os membros da Comissão do Senado, mostrando que a redução da jornada de trabalho aumentaria a oferta de profissionais, visto que a jornada de 30 horas permitiria ao farmacêutico ter dois empregos e que, independente da redução da carga horária, uma drogaria, que tem cerca

de 12 horas de funcionamento, já necessita de dois farmacêuticos para cumprir com a demanda.

"Nós seguimos as recomendações resultantes dos debates que ocorreram na Conferência Nacional de Gestão do Trabalho, realizada, 2006, que apontou para a necessidade de os profissionais da saúde terem uma carga horária de trabalho de 30 horas", explica Lérida Vieira.

O CFF, em seu documento, argumenta, ainda, que, ao contrário do que diz a CNC (Confederação Nacional do Comércio), a jornada de 30 horas semanais permitirá ao farmacêutico exercer dois empregos, atendendo ao serviço público e à drogaria, nas pequenas localidades, o que aumentará, em muito, a oferta de profissionais e permitirá a sua fixação nas pequenas localidades.

Quanto à alegação CAE, de que as drogarias, nas pequenas localidades, precisarão contratar dois profissionais, o CFF alerta, argumentando que a Comissão demonstra total desconhecimento da, pois, comprovada a inexistência do farmacêutico para o atendimento, durante o funcionamento do estabelecimento, o Conselho Regional, o Ministério Público e a autoridade municipal podem firmar o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), para que a população não seja prejudicada e permita o atendimento em condições especiais".

Fiocruz e FAP sequenciam o genoma do BCG

Resultados da pesquisa permitirão aprimorar o imunizante contra a doença

No dia 23 de novembro, a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e a Fundação Atauilho de Paiva (FAP) lançaram o genoma completo do BCG *Moreau* RDJ, cepa usada na vacina aplicada, no Brasil, contra essa doença. A partir do estudo, que levou dois anos para ser concluído, pesquisadores poderão aumentar a eficácia da vacina, diminuir seus efeitos colaterais e ampliar o controle de qualidade nos processos de produção.

Nos últimos anos, cresceu muito o conhecimento dos cientistas sobre o genoma de bacté-



rias semelhantes à *Mycobacterium tuberculosis*, causadora da tuberculose. Os avanços permitiram aos especialistas estabelecer uma 'genealogia' das diferentes cepas de BCG (Bacilo de Calmette e Guérin) e, assim, identificar fatores que interferem em sua capacidade protetora contra a doença. Com o sequenciamento completo do genoma desses microorganismos, será possível aumentar a segurança e a capacidade da vacina utilizada atualmente, no País.

Também, a partir dos resultados dessa pesquisa, as equipes da Fiocruz e da FAP poderão de-

envolver kits de verificação genética detalhada, o que permitirá um controle mais rigoroso da qualidade das vacinas. Além disso, o estudo abre caminho para a elaboração de vacinas recombinantes, ou seja, que contenham, inseridas no BCG, genes que codificam antígenos relacionados a outras enfermidades, como tétano e varicela. A inserção desses genes aumentaria o poder de proteção da vacina, que poderá conferir imunidade a diferentes doenças.

SOBRE A TUBERCULOSE - Embora não tenha, nos meios de comunicação, destaque seme-



lhante ao oferecido a doenças, como dengue e Aids, a tuberculose é um problema grave, no Brasil. A doença atinge cerca de

85 mil pessoas, por ano, sobretudo entre as classes menos favorecidas, já que sua proliferação está intimamente relacionada

às condições precárias de vida, como a aglomeração de muitos indivíduos vivendo em um mesmo cômodo.

Fundada a Sociedade Brasileira para Estudo da Atenção Farmacêutica

Professores e acadêmicos da Unigran (Universidade da Grande Dourados), no Mato Grosso do Sul, lançaram, no dia 13 de novembro, as bases da Sociedade Brasileira para o Estudo da Atenção Farmacêutica (Sbeaf), que visa a consolidar, no País, essa prática farmacêutica adotada com sucesso, em países, como os Estados Unidos, Espanha e Chile.

Segundo o Presidente da entidade ligada ao curso de Farmácia da Unigran, o professor Claudemir Soares, a Sociedade Brasileira para o Estudo da Atenção Farmacêutica vai se relacionar com núcleos de universidades e instituições que se orientam por esse conceito, para manter os profissionais de Farmácia atualizados com os conhecimentos mais relevantes da área.

“Hoje, existem núcleos regionalizados de atenção farmacêutica, tanto em nível nacional, como internacional, e o nosso objetivo é manter intercâmbios com eles, promover congressos, cursos e simpósios”, disse o professor.



Professor Claudemir Soares,
primeiro Presidente da Sbeaf

A Diretora da Faculdade de Saúde da Unigran e Coordenadora do curso de Farmácia, professora Adriana Mestriner, explicou que a atenção farmacêutica é tratada, no curso da Instituição, durante toda a vida acadêmica do estudante. “Um dos papéis do farmacêutico é propiciar orientação ao paciente sobre os medicamentos de que ele faz uso”, reforça a professora. Ela citou que essa é uma das atribuições profissionais normatizadas do farmacêutico.

ENDEREÇO - A Sociedade, fundada, na cidade de Dourados (MS), possui caráter científico, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, e tem em Dourados a sua sede provisória e foro. O endereço da entidade é Rua Manuel Santiago, 456 - Loja 03 (Farmácia-Escola da Unigran) - Dourados (MS).

PRIMEIRA DIRETORIA - A primeira diretoria da Sbeaf é assim constituída: Presidente - Claudemir Soares; Vice-Presidente Executivo - Adriana Mary Mestriner Felipe de Melo; Vice-Presidente de Desenvolvimento Técnico e Científico - André Mueller; Primeiro Secretário - Marcelo da Silva; Segundo Secretário - Márcia Crestani Bin; Diretor Administrativo e Financeiro - Teófilo Fernando Mazon Cardoso; Diretor Técnico Científico - Juliana da Silva Agostini; Diretor de Comunicações - Wanderley Onofre Schmitz; Diretor de Assuntos Regionais - Antônio José Paniago Neto.

Anvisa propõe sistema para gerenciar produtos controlados

Aprimorar o monitoramento e a fiscalização de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, como os moderadores de apetite, é o objetivo principal do texto proposto pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) com a publicação da Consulta Pública nº 70. Até o dia 12 de dezembro, a sociedade civil e os setores interessados no tema puderam opinar sobre a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC).

Atualmente, farmácias e drogarias controlam a movimentação

de compra ou transferência e venda ou perda desses produtos em livros de registro. Com o SNGPC, todos os procedimentos serão informatizados, o que facilitará o acesso dos órgãos de vigilância sanitária a informações detalhadas sobre o comércio e o uso de substâncias e medicamentos controlados.

Para trabalhar com o sistema, farmácias e drogarias deverão se cadastrar na Anvisa. O responsável técnico de cada estabelecimento receberá uma senha pessoal, sigilosa e intransferível para a inserção de dados no SNGPC.

O SNGPC será uma ferramenta para inibir a distribuição de medicamentos falsificados no mercado. Contribuirá, ainda, para o uso racional desses produtos, pois o controle informatizado dificultará a prática de venda sem receita médica.

O texto completo da consulta pública nº 70 está disponível na página da Anvisa na internet (www.anvisa.gov.br).

Fonte: Agência Saúde

E-mail: imprensa@anvisa.gov.br

Portal: www.anvisa.gov.br



Educar para consumir medicamentos, responsabilmente

A propaganda induz ao consumo irresponsável de medicamentos



Juiz de Fora (MG) foi sede de mais uma capacitação do projeto Educavisa. Professores do ensino fundamental da rede pública e profissionais da vigilância sanitária participam de treinamento cujo tema central é a influência da propaganda no uso de medicamentos.

O Projeto de Educação para Consumo Responsável de Medicamentos e de Outros Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária (Educavisa) é fruto de convênio firmado entre a Anvisa e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça (CFDD/MJ), em dezembro de 2005.

O objetivo da parceria é desenvolver ações e estratégias em educação e comunicação em saúde para os mais diversos segmentos da sociedade, com orientações sobre o consumo responsável de medicamentos e de outros produtos sujeitos à vigilância sanitária, bem como sobre os riscos da automedicação e da influência da propaganda enganosa, abusiva e errônea.

CFF cria política de recursos humanos

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) está criando uma política de interna volta-da para o desenvolvimento do seu quadro de pessoal. No dia 29 de novembro, o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, reuniu-me com funcionários do órgão, para tratar do assunto. "Queremos, em conjunto com os funcionários da Casa, desenvolver uma política que possa motivá-los para um trabalho de crescimento mútuo", explicou Souza Santos.

A pauta da reunião constou de itens, como a elaboração de um plano de cargos e salários e a revisão da política salarial para os empregados. A política em construção dará continuidade às propostas levantadas em um *workshop* sobre planejamento estratégico, realizado, no primeiro semestre de 2006, e que contou com a participação de todos os funcionários e diretores do Conselho.

Durante a reunião do 29

de novembro, o Presidente do CFF acrescentou que gostaria de manter um contato mais próximo com os funcionários e propôs uma confraternização de final de ano, que foi realizada, numa chara, em Brasília, no dia 18 de dezembro. Souza Santos criou uma comissão para tratar das questões na área de recursos humanos. Leva o nome de Comissão de Desenvolvimento Humano e Planejamento.



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, com funcionárias da Casa: reunião para discutir política de recursos humanos

Farmanguinhos aumenta capacidade de fabricação

O Instituto de Tecnologia em Fármacos da Fiocruz (Farmanguinhos) inaugurou, no dia 12 de dezembro de 2006, a sua área de produção por via seca. É a primeira linha completa instalada em uma área de 752 metros quadrados. O investimento de R\$ 1,1 milhão vai garantir um aumento de 131% da capacidade potencial de fabricação dos medicamentos que abastecem o Sistema Único de Saúde (SUS) e o programa Farmácia Popular do Brasil.





Mais controle sobre as substâncias emagrecedoras

Está em consulta pública a proposta de regulamento técnico que muda os critérios de notificação de receita dos medicamentos usados no tratamento da obesidade (anorexígenos). Pelas novas regras, esses medicamentos só poderão ser prescritos pelo médico com a receita "A", de cor amarela. Este tipo de receita é produzido pelas unidades da vigilância sanitária e distribuído aos médicos, de acordo com as justificativas de necessidade de prescrição.

O objetivo da proposta da Consulta Pública número 89 é garantir maior segurança ao processo e coibir abusos na prescrição e comercialização desses medica-



mentos, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Atualmente, é exigida para a prescrição de anorexígenos a receita tipo B, de cor azul. Neste caso, o próprio médico é o responsável pela impressão gráfica das receitas, tendo apenas que comunicar à vigilância sanitária a quantidade produzida em determinado período.

Pela proposta da Anvisa, também, fica proibida a prescrição de fórmulas de medicamentos em preparações separadas ou não, que contêm substâncias diuréticas, hormônios ou outras substâncias com ação medicamentosa em associação com os anorexígenos.

Método para detecção rápida de rotavírus recebe prêmio do SUS

O desenvolvimento de um teste diagnóstico rápido para detecção de rotavírus conferiu ao pesquisador Waldemir de Castro Silveira o Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o Sistema Único de Saúde (SUS). A premiação é concedida anualmente pelo Ministério da Saúde, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Waldemir desenvolveu o trabalho, durante o Mestrado Profissional em Tecnologia de Imunobiológicos de Biomanguinhos, realizado em convênio com o mestrado em Biologia Celular e Molecular do Instituto Oswaldo Cruz (IOC).

O estudo premiado foi conduzido sob orientação dos pesquisadores José Paulo Gagliardi Leite, chefe do Laboratório de Virologia Comparada do IOC, e Jussara Pereira do Nascimento, de Biomanguinhos, unidade da Fiocruz responsável pelo desenvolvimento e pela produção de vacinas e reagentes para diagnóstico.

A dissertação propõe um método mais rápido e, portanto, mais

eficiente para a detecção de rotavírus - agente etiológico da doença diarreica aguda, que, anualmente, causa a morte de 611 mil crianças menores de cinco anos de idade, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Devido à importância epidemiológica dos rotavírus, o Ministério da Saúde incluiu, em março de 2006, uma vacina monovalente anti-rotavírus em seu calendário de imunizações. "A dificuldade de diagnóstico do rotavírus é o principal desafio ao seu controle, pois a doença pode levar à morte em poucas horas e os kits de diagnóstico utilizados atualmente, além de exigirem tempo para gerar resultado, são importados e caros", comenta Waldemir.

O método proposto pela dissertação permite a detecção do rotavírus em apenas três minutos. "A técnica consiste na aplicação de um reagente específico, composto de microesferas de látex conjugadas a um anticorpo específico anti-rotavírus, em uma lâmina com amostra fecal do paciente e na rápida observação do preparado: uma aglu-

Foto: Jane Suelly de Melo Nobrega



O pesquisador Waldemir de Castro Silveira (à direita) recebe troféu do representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Isaac Roitman. O ministro da Saúde, José Agenor Álvares de Silva, e outras autoridades participaram da cerimônia

tinação visível indica a presença do microrganismo e confere resultado positivo ao diagnóstico da doença", descreve.

A viabilidade da produção em escala industrial já foi avaliada, tendo recebido investimentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da iniciativa privada. A previsão é de que a produção seja iniciada, em março de 2007, pela empresa nacional Biodevices.

Fonte: Comunicação Social da Fiocruz (Jornalista Isabel Levy)



Dr. Marinho é o nome do Plenário



O farmacêutico-bioquímico Sebastião Marinho, falecido, em novembro de 2006, era Conselheiro Federal e uma das maiores autoridades brasileiras em Citopatologia

MARINHO: NOME DO PLENÁRIO - A sessão Plenária do Conselho Federal de Farmácia de dezembro de 2006 teve um momento de grande emoção. Foi quando os Conselheiros, homenageando o colega pelo Amazonas, Sebastião Marinho, deram o seu nome à sala do Plenário. Marinho faleceu, em Manaus, no dia 27 de novembro, vítima de infarto. A homenagem incluiu o descerramento de sua foto e contou com alguns pronunciamentos.

O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, lembrou o bom humor do colega. "Ele irradiava alegria a todos os ambientes onde se encontrava, envolvendo a todas as pessoas", expressou. Souza Santos acrescentou outros adjetivos ao

Conselheiros Federais dão à sala do Plenário o nome do colega Sebastião Marinho (AM), que faleceu, no dia 27 de novembro de 2006, de infarto.

Conselheiro amazonense morto: a competência e o grande espírito de liderança.

A Secretária-Geral, Lérica Vieira, destacou que Sebastião Marinho foi um dos primeiros bioquímicos a exercer a citopatologia. "Como era uma autoridade nacional no assunto, era sempre convidado para coordenar a maioria dos cursos de especialização em citopatologia, em todo o País", lembrou.

A morte de Marinho consternou e deixou um vazio na profissão farmacêutica, no Brasil, em especial no segmento das Análises Clínicas. Farmacêutico-bioquímico e Conselheiro Federal de Farmácia pelo Amazonas/Roraima, Sebastião Ferreira Marinho era uma das maiores autoridades brasileiras em Citopatologia. O Dr. Marinho não resistiu ao infarto fulminante que sofreu, às 6 horas do dia 27 de novembro.

Ele estava, em sua residência, em Manaus, e chegou ao hospital já sem vida. "A Farmácia brasileira está desolada", disse, abatido, o Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, logo após saber do ocorrido. Ele foi sepultado no Cemitério Parque Tarumã, na capital amazonense.

AUTORIDADE - Sebastião Marinho tinha 54 anos de idade. Nasceu, em 11 de maio de 1952, em Manaus. Formou-se farmacêutico-bioquímico pela Universida-

de Federal do Amazonas (UFAM). Em seguida, especializou-se em Citologia Clínica pela Universidade Federal do Ceará (UFCE), área em que se tornou uma das maiores autoridades e a qual ensinava, como professor adjunto 4, na mesma UFAM. A sua inscrição junto ao CRF-AM/RR era de número 210.

Conhecedor profundo da realidade nacional da Citopatologia, Marinho era requisitado por Universidades, organizações farmacêuticas e cursos de especialização para ministrar aulas e palestras na área, em todo o País. Em seus 30 anos de exercício profissional, deixou amigos, em todos os Estados. E todos se lembrarão dele pela sua alegria e competência. Risonho, tinha sempre uma boa história para qualquer situação. O farmacêutico deixa duas filhas, Bruna e Bianca, que estão se formando em Farmácia, e um filho, Guilherme, de cinco anos.

RESOLUÇÃO CRIA ESPECIALISTA - Dedicado à causa farmacêutica, Marinho nunca arrefeceu na luta em favor da qualificação do profissional que atua nas análises clínicas. Ele é o autor da proposta de Resolução, aprovada pelo Plenário do CFF com o número 401/2003, que ratifica a competência legal do farmacêutico "especialista" em Citopatologia ou Citologia Clínica para executar exames citopatológicos, e dá outras providências.

A Resolução 401/03 reconhece a especialidade da Citopatologia ou Citologia Clínica para o farmacêutico, respeitadas as profissões que, também, têm amparo legal para o exercício da atividade. A Resolução reconhece a especialidade para o farmacêutico, desde que ele faça o curso de especialização na área (uma pós-graduação).



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, e o Conselheiro José Carlos Cavalcanti (AM) descerram a foto do Conselheiro Sebastião Marinho, morto em novembro. A sala do Plenário, agora, tem o seu nome

SER PROPRIETÁRIO - Marinho era um entusiasta da emancipação profissional do bioquímico. Por isso, defendia que o profissional montasse o seu próprio laboratório de análises clínicas. Em 2005, ele deu uma entrevista à revista PHARMACIA BRASILEIRA, do CFF, falando do estudo que realizara sobre como montar um pequeno laboratório capaz de realizar a maioria dos exames clínicos.

O trabalho de sua autoria trazia informações detalhadas sobre a montagem do pequeno negócio, como os preços de todos os equipamentos, capacidade de produção e retorno financeiro. Por ser uma referência em Citopatologia, era sempre procurado como uma boa fonte pela PHARMACIA BRASILEIRA.

A PERDA - Para o Presidente do Conselho Federal de Farmácia,

Jaldo de Souza Santos, o órgão perdeu um dos seus mais valiosos quadros. “Marinho era a alegria em pessoa e uma das maiores competências que o País teve, na área das análises clínicas”, lembrou. “A sua qualificação na Citologia Clínica fez dele uma excelência. Não se falava no assunto, sem se pensar em Marinho”, declarou, emocionado, Souza Santos.

Já o Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Amazonas / Roraima, Fabio Manabu Martins Shimizu, enfatizou que de Sebastião Marinho ficará, sempre, a lembrança da alegria, da amizade e da lealdade, atributos que, de acordo com Shimizu, ele fazia questão de demonstrar. “Ficará, ainda, a sua história de luta permanente em favor do fortalecimento da atuação do farmacêutico na Citologia Clínica”, comentou.

Pelo jornalista Aloísio Brandão, Editor desta revista.

Plenária empossa Conselheiros e regulamenta exercício na área de gases medicinais

O Plenário do Conselho Federal de Farmácia (CFF) empossou, no dia 14 de dezembro de 2006, em sua reunião, os Conselheiros eleitos no dia 11 de novembro de 2005. O calendário eleitoral previa eleições, em dez Estados: Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, que escolheram os seus representantes para o quadriênio 2006-2009 (eles já foram empossados), e Amazonas/Roraima, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Sergipe e Tocantins, para o quadriênio 2007-2010, os quais foram empossados, nessa quinta.

Os Conselheiros que tomaram posse foram **Amilson Álvares**

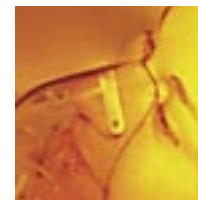
(Tocantis), **Edson Taki** (Mato Grosso), **Jaldo de Souza Santos** (Goiás), que já cumpriam mandatos; **José Carlos Cavalcanti** (Amazonas), que substitui Sebastião Marinho, falecido, em 27 de novembro de 2006; **Vanilda Oliveira Aguiar Santana** (Sergipe), que assume o lugar de Maria da Aparecida Vianna; e **Valmir de Santi** (Paraná), eleito para a vaga de Arnaldo Zubioli.

GASES MEDICINAIS - O Plenário aprovou a Resolução que regulamenta a atividade dos farmacêuticos na área de gases medicinais. Aprovou, ainda, proposta de alteração da Resolução 409/05,



Posse dos Conselheiros Amilson Álvares (TO), Valmir de Santi (PR), Vanilda Oliveira Aguiar Santana (SE), José Carlos Cavalcanti (AM), Edson Taki (MT) e Jaldo de Souza Santos (GO)

que trata da ação fiscalizadora, nos Estados, pelos Conselhos Regionais de Farmácia. Com a alteração, todas as atividades desempenhadas pelos fiscais farmacêuticos constarão do Relatório de Atividades Fiscais (RAF).





LAQFA: qualificação e expansão



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, entre o Coronel farmacêutico Manoel Rodrigues, Diretor do LAQFA, e o tenente coronel farmacêutico Nilceu José Oliveira, que irá sucedê-lo na direção do Laboratório

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, recebeu, na manhã do dia 19 de dezembro de 2006, a visita do Diretor do Laboratório Químico e Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA), coronel farmacêutico Manoel Rodrigues Martins, e do tenente coronel farmacêutico Nilceu José Oliveira, que irá sucedê-lo na direção do LAQFA. Eles foram apresentar ao dirigente do CFF as políticas de qualificação profissional e de expansão do Laboratório, sediado no Rio de Janeiro.

Nilceu José Oliveira, do Comando da Aeronáutica, foi desig-

nado novo Diretor do LAQFA e tomará posse, no começo de março de 2007. Adiantou que dará prosseguimento às ações de capacitação técnica do farmacêutico do quadro do Laboratório. Priorizará, também, as atividades de produção da Casa.

O quadro do LAQFA reúne 23 farmacêuticos. O Laboratório, dentro de sua capacidade atual instalada, produz 170 milhões de unidades farmacêuticas, por ano. São fundamentalmente medicamentos essenciais. Eles se destinam ao próprio Comando da Aeronáutica e ao Ministério da Saúde. Os medicamentos são enviados, ainda, às prefeituras, universidades e entidades sem fins lucrativos.

Com a instalação do seu novo parque fabril, em 2008, a capacidade de produção do LAQFA será ampliada para mais de 1 bilhão de unidades farmacêuticas.

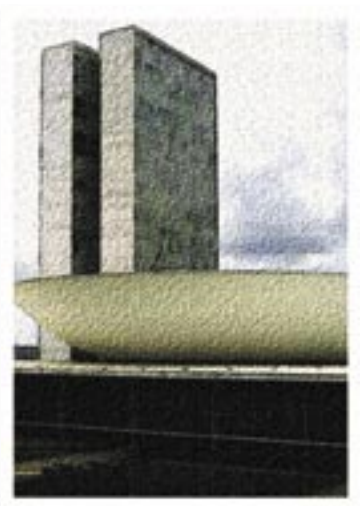
QUALIFICAÇÃO - O Laboratório Químico e Farmacêutico da Aeronáutica, em parceria com a Recine, irá oferecer, em março de 2007, aos seus farmacêuticos, um curso de Engenharia Farmacêutica, de pós-graduação *lato sensu*. Já um convênio entre o LAQFA e



a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) irá resultar na criação da Residência Farmacêutica Industrial para farmacêuticos não só do quadro do Laboratório, mas a outros interessados. "O nosso interesse é formar farmacêuticos para a sociedade", explicou o coronel farmacêutico Manoel Rodrigues, diretor do LAQFA.

Dentro da mesma política de qualificação, o LAQFA acaba de fechar um acordo com a Universidade da Força Aérea (Unifa) graças ao qual farmacêuticos do Laboratório poderão fazer mestrado e doutorado em universidades públicas conveniadas com a Unifa.

O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, elogiou o trabalho do Diretor e futuro Diretor do LAQFA. Lembrou que o esforço dos laboratórios militares têm um grande alcance social, pois os seus serviços e produtos destinam-se ao bem-estar da sociedade. "Por isso, os seus farmacêuticos merecem todas as atenções, a exemplo do que o LAQFA está fazendo no campo da qualificação profissional", concluiu.



PL que autoriza venda de medicamentos em supermercados é rejeitado, no Senado

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprova Parecer do Relator Aelton Freitas (PL-MG), que foi pela rejeição do PL do Senador Edison Lobão (PFL-MA).

"Não há nenhuma argumentação econômica, sanitária e social que justifique a venda de medicamentos em supermercados". A afirmação é do Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos. No dia 12 de dezembro de 2006, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado rejeitou o Projeto de Lei 146/06, de autoria do Senador Edison Lobão (PFL-MA), que autoriza a comercialização de medicamentos de venda



livre em supermercados. “Foi a vitória da saúde”, comemorou Souza Santos.

O PL de Lobão tem como Relator o Senador Aelton Freitas (PL-MG), que deu um parecer pela rejeição do Projeto, sob a justificativa de que a matéria do Senador maranhense vai contra as políticas públicas do uso racional do medicamento. Com o resultado da votação, o PL do Senador Edison Lobão encontra grande dificuldade para prosperar, na Casa.

ALERTA - Há um dia antes da votação, em entrevista a uma tv, em Goiânia, Souza Santos alertou as autoridades e a população para os perigos contidos na comercialização de produtos farmacêuticos fora das farmácias. De acordo com o Presidente do CFF, o assunto só voltou aos noticiários, por pressão dos laboratórios farmacêuticos. “Os laboratórios querem, a todo custo, ampliar as suas vendas, e encontram nos supermercados e mercearias o lugar ideal para isso”, alertou.

Jaldo de Souza Santos observou que transformar a dispensação de medicamento num processo mer-

cantilista é a negação do sentido de saúde que deve prevalecer nos estabelecimentos farmacêuticos. “Os supermercados não manterão o farmacêutico para oferecer os seus serviços à população. Medicamentos são produtos destinados à recuperação e à manutenção da saúde, e somente podem ser dispensados pelo farmacêutico, mantidos os rigores técnicos e científicos previstos nos serviços de atenção farmacêutica”, comentou o Presidente do Conselho Federal de Farmácia.

NA CONTRAÇÃO NO USO RACIONAL - o Presidente do CFF observou que o Brasil figura entre países que lideram o “ranking” da automedicação. “Se os supermercados vendessem medicamentos, a automedicação iria adquirir proporções inimagináveis”, alertou.

Souza Santos disse que a rejeição do PL de Edison Lobão mostra a sensibilidade do Senado para com as questões sociais e sanitárias. “Para mim, soa como se fosse um presente de 50 anos de minha formatura em Farmácia”, comemorou.

Prêmio Capote Diaz vai para o Presidente do CFF

■ Critério para a premiação foram as ações em favor do fortalecimento e difusão da atenção farmacêutica.

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, conquistou, no dia 13 de novembro de 2006, na Cidade do México, no México, uma das mais importantes honrarias conferidas a um farmacêutico das Américas: o Prêmio José Capote Diaz. A distinção foi outorgada pela Federação Pan-americana de Farmácia (Fepafar) e lhe foi entregue, no dia 28 de novembro de 2006, pelo Vice-presidente do CFF, Edson Chigueru Taki, que participou da Assembléia Geral da entidade, no México, onde o Prêmio foi anunciado.

Para receber o Prêmio, o nome de Souza Santos submeteu-se, junto a concorrentes das Américas do Sul, do Norte e Central, a um minucioso processo de escolha junto à Banca Examinado-

ra da Fepafar. A Banca observou os currículos e as ações dos dirigentes de Conselhos profissionais ou de outras organizações farmacêuticas em favor da disseminação e fortalecimento da atenção farmacêutica, em seus países. A Banca analisou, ainda, o trabalho desenvolvido pelos dirigentes que resultassem na valorização profissional. O novo escolhido foi o de Jaldo de Souza Santos.

Ao receber o Prêmio das mãos do Vice-presidente do CFF, Edson Taki, o Presidente se emocionou. À revista PHARMACIA BRASILEIRA, Souza Santos declarou que o Prêmio é um reconhecimento ao esforço de todo o CFF para qualificar o farmacêutico e inserir os seus serviços na atenção



O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, exhibe o Prêmio Capote Diaz, que recebeu da Fepafar e que lhe foi entregue pelo Vice-presidente Edson Taki (à esquerda).

básica pública e nas farmácias comunitárias. “Este honroso Prêmio endossa o nosso trabalho e nos faz ver que estamos no caminho certo”, explicou.

SOBRE O PRÊMIO - José Capote Diaz, que dá nome ao Prêmio conferido pela Fepafar, nasceu, em Havana (Cuba), em 1892, e faleceu, em 1952, com 60 anos. Formou-se em Farmácia e em Direito pela Universidade de Havana. Ali, depois de doutorar-se, foi professor adjunto e titular. O Dr. Capote foi, ainda, Secretário e Presidente da Associação Farmacêutica Nacional de Cuba, Presidente-fundador da



Academia de Farmácia de Cuba, e membro titular e fundador da Sociedade Cubana de Microbiologia.

Para a Sociedade Cubana de Ciências Farmacêuticas, Capote Diaz “representa para todos os farmacêuticos americanos o principal gestor e fundador da Fepafar. Representa, ainda, para o nosso País uma honra, por ter sido um farmacêutico cubano a ocupar tão importante posto”.

O Vice-presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Edson Taki, trouxe o Prêmio da Fepafar para ser entregue a Souza Santos, porque ele participou, na Cidade do México (México), de 13 a 17 de novembro de 2006, da Quarta Assembléia Geral daquela Federação e do XIX Congresso Pan-americano de Farmácia.

No México, Edson Taki pediu que fosse incluída como priorida-

de política da Fepafar a defesa dos serviços farmacêuticos obrigatórios nas farmácias comunitárias de todo o Continente. Segundo o Vice-presidente, os serviços farmacêuticos são o coração da profissão batendo dentro dos estabelecimentos comunitários. “Não há como não lutar pela sua obrigatoriedade nas farmácias”, enfatiza Edson Taki.

CFF vai à Justiça contra realização de testes para diagnóstico do HIV por profissionais não qualificados

■ Ação Civil Pública do Conselho Federal de Farmácia é contra a União e a Diretora do Programa DST/Aids, que emitiu nota autorizando qualquer profissional da saúde a realizar e emitir laudos de testes rápidos.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) entrou com uma Ação Civil Pública, em janeiro de 2007, com Pedido de Tutela contra a União e contra a Diretora do Programa Nacional de DST/Aids, da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, Mariângela Batista Galvão. O motivo da Ação é uma nota técnica, de número 53/2006, emitida pela SVS, em novembro de 2006, que autoriza qualquer profissional da área da saúde a realizar e emitir laudos de testes rápidos para diagnóstico de HIV, o vírus causador da Aids.

Segundo o Consultor Jurídico do CFF, Antônio César Cavalcanti Júnior, o princípio que rege o SUS (Sistema Único de Saúde) é a universalidade e a interdisciplinaridade de ações profissionais, “sendo inadmissível que uma profissão invada o campo de outra profis-



são, sob pena de afrontar e mitigar tais princípios em detrimento da promoção da saúde”.

De acordo com a nota técnica do Programa Nacional de DST/Aids/SVS, os profissionais da área de saúde seriam capacitados por equipes do Programa Nacional de DST/Aids para a realização do trabalho. A Ação do CFF argumenta que o Ministério da Saúde,

relacionando as categorias de profissionais de saúde para atuação, “não derogou as suas atribuições profissionais, sendo notório que aos assistentes sociais, biólogos, profissionais de Educação Física, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais não é garantido, por lei, o exercício e realização de exames clínico-laboratoriais”.



Conselheira Federal de Farmácia pelo Rio Grande do Norte e Presidente da Comissão de Análises Clínicas do CFF, Lenira da Silva Costa: “Um treinamento não capacita, nem técnica nem legalmente, um profissional não qualificado para este trabalho”

INCAPACIDADE TÉCNICA

- “Um treinamento não capacita, nem técnica nem legalmente, um profissional não qualificado para este trabalho”, declara a farmacêutica Lenira da Silva Costa, Conselheira Federal de Farmácia pelo Rio Grande do Norte e Presidente da Comissão de Análises Clínicas do CFF. Ela reforça que apenas farmacêuticos, médicos e biomédicos têm formação acadêmica que atenda aos pré-requisitos curriculares legais para a atuação em análises clínicas, no Brasil.

Lenira da Silva Costa enfatiza que o problema não reside apenas na falta de capacitação técnica, que, de acordo com ela, é insufi-



ciente, pois esse profissional não conhece a prática e a técnica que o torna apto para o exercício das análises clínicas e para a emissão de um laudo seguro, mas, também, na impossibilidade de o profissional atender aos questionamentos que o laudo implica.

“É um laudo que esse emissor não sabe justificar, não pode explicar por falta de qualificação. Ele não terá condições de fazer uma interpretação do resultado, e se baseará exclusivamente no que aponta o teste, o que pode suscitar erros. Ele não terá, portanto, condições de se responsabilizar pelo resultado”, alerta a Presidente da Comissão de Análises Clínicas do CFF.

A Ação Civil do CFF observa que “os exames laboratoriais devem cumprir três fases: a pré-analítica, que é a coleta; a analítica, que é a realização do exame; e a pós-analítica, que é a emissão do laudo”. E acrescenta: “É flagrante que profissionais sem capacitação técnica sequer terão condições de monitorar registros críticos dos exames realizados, no sentido de garantir a correta e eficaz rastreabilidade do laudo liberado”.

De acordo com a Presidente da Comissão de Análises Clínicas do CFF, o laudo de um exame de HIV precisa ser seguro, “pois um falso positivo desencadeia uma série de problemas para o paciente de natureza psicológica e de relacionamento com os familiares etc.; e um falso negativo deixa aquele paciente sem tratamento e expõe outras pessoas ao vírus”. Os testes rápidos são realizados, a partir de amostras de sangue colhidas do dedo dos pacientes e os resultados podem ser obtidos, 30 minutos depois.

Pela estagiária de Jornalismo, Janine Moraes, e pelo jornalista Aloísio Brandão, editor desta revista.

Dr. Jaldo completa 50 anos como farmacêutico

■ Presidente do CFF e sua Farmácia do Povo são parte da história de Goiânia.

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, foi surpreendido, no dia 14 de dezembro (quinta-feira), com uma homenagem - um diploma de mérito - pelos 50 anos de sua formatura em Farmácia pela então Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás, na fase embrionária da Universidade Federal de Goiás (UFG). A colação de grau foi realizada, no dia 14 de dezembro de 1956. A homenagem foi prestada pelos conselheiros federais de Farmácia, em Brasília, durante um jantar de confraternização de fim-de-ano.

Logo que se formou farmacêutico, Jaldo de Souza Santos adquiriu a Farmácia do Povo. Ficava numa ruazinha acanhada na que, hoje, é a histórica Rua 68, no centro de Goiânia. “Quando chegava o período chuvoso, atravessar a rua era um exercício de paciência e coragem, tanta era a lama pelo chão; no período da seca, o problema era a poeira”, lembra.

Pioneira e solitária, a farmácia era uma referência em saúde, numa Goiânia ainda de poucos médicos. Atrás do balcão, atendendo aos clientes, ou mergulhado no silêncio dos medicamentos que o cercavam, Souza Santos sonhava com novos rumos para a profissão farmacêutica. Quarenta anos depois, elegeu-se Presidente do Conselho Federal de Farmácia.

Quanto à sua Farmácia do Povo, é o último estabelecimento “vivo” de uma geração de farmácias, todas pertencentes a farmacêuticos. Só ela não sucumbiu às pressões econômicas brotadas no fortalecimento da indústria farmacêutica do pós-guerra, nem aos efeitos de uma nova legislação sanitária (a Lei 5991/73), que transferiram para as mãos de leigos os estabelecimentos que, até então, pertenciam a farmacêuticos.

Todos os proprietários de farmácias de sua geração venderam os seus estabelecimentos, depois da edição da Lei que desobrigava a farmácia de ser propriedade exclusiva do farmacêutico.

“Mas houve momentos em que eu quis, sim, vender a minha farmácia, também. Foi quando outro farmacêutico, Saulo Lopes, fundador da Rey Drogas, me alertou: ‘Jaldo, você talvez seja o último dos jequitibás dessa floresta. Acho que você não deve desistir, mas seguir em frente’. Essas palavras mexeram comigo”, lembra ele, emocionado.

HISTÓRIA - Devido ao fato de a Farmácia do Povo ser parte da história de Goiânia, o Prefeito da cidade, Pedro Wilson (PT) condecorou Jaldo de Souza Santos, no dia seis de novembro de 2003, com o título de Pioneiro da Saúde em Goiânia, ocasião em que se comemorou os 70 anos da capital.

Pelo jornalista Aloísio Brandão, editor desta revista.